

PERSISTÊNCIA DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E DA BRANQUITUDE NO NORDESTE BRASILEIRO

*LA PERSISTENCIA DEL MITO DE LA DEMOCRACIA RACIAL
Y DE LA BLANQUITUD EN EL NORESTE DE BRASIL*

*PERSISTENCE OF THE MYTH OF RACIAL DEMOCRACY
AND WHITENESS IN NORTHEAST BRAZIL*

Antônio Ailton de Sousa Lima¹, James Ferreira Moura Jr.², Anderson
Moraes Pires³, Nathalia Medeiros Mesquita¹, José da Silva Oliveira
Neto¹ e Larissa Niemann Pellicer¹

¹Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil

²Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Redenção/CE, Brasil

³Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil

Resumo: O presente artigo versa sobre relações estabelecidas entre a elite branca de duas cidades interioranas do nordeste brasileiro com estudantes universitários negros e africanos. Nesse sentido, objetivamos analisar os discursos da elite branca de Redenção e Acarape sobre universitários negros e africanos da UNILAB. Com delineamento qualitativo, realizamos entrevistas semiestruturadas, que passaram por recursos de análise do *software Iramuteq*. Nossas análises foram empreendidas em diálogo com um quadro referencial psicossocial que contempla o mito da democracia racial e o pactos da branquitude. Observamos a existência de relatos com foco na manutenção dos privilégios da elite branca, de defesa do mito da democracia racial e de manifestação de racismo estrutural da sociedade brasileira. Consideramos a necessidade de problematização dessas construções ideológicas pelas elites como estratégia de desmantelamento dos focos de preconceito na sociedade.

Palavras-chave: Racismo; Branquitude; Preconceito; Ações Afirmativas; Relações Raciais

Resumen: Este artículo examina las relaciones establecidas entre la élite blanca de dos ciudades rurales del noreste de Brasil y estudiantes universitarios negros y africanos. En este sentido, nos propusimos analizar los discursos de la élite blanca de Redenção y Acarape sobre estudiantes universitarios negros y africanos de UNILAB. Mediante un enfoque cualitativo, realizamos entrevistas semiestructuradas, que fueron analizadas utilizando el software Iramuteq. Nuestros análisis se realizaron en diálogo con un marco psicossocial que abarca el mito de la democracia racial y los pactos de blanquitud. Observamos informes centrados en mantener los privilegios de la élite blanca, defender el mito de la democracia racial y demostrar el racismo estructural de la sociedad brasileña. Consideramos la necesidad de problematizar estas construcciones ideológicas de las élites como estrategia para dismantelar los focos de prejuicio en la sociedad.

Palabras-clave: Racismo; Blanquitud; Prejuicio; Acción afirmativa; Relaciones Raciales.

Abstract: This article examines the relationships established between the white elite of two cities in northeastern Brazil and Black and African university students. In this sense, we aimed to analyze the discourses of the white elite of Redenção and Acarape regarding Black and African university students at UNILAB. Using a qualitative approach, we conducted semi-structured interviews, which were analyzed using the Iramuteq software. Our analyses was carried out in dialogue with a psychosocial framework that encompasses the myth of racial democracy and the pacts of whiteness. We observed reports focused on the maintenance of the privileges of the white elite, the defense of the myth of racial democracy and the manifestation of structural racism of Brazilian society. We consider the need for elites to problematize these ideological constructs as a strategy for dismantling the sources of prejudice in society.

Key-words: Racism; Whiteness; Prejudice; Affirmative Action; Race Relations.

1. Introdução

O presente artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa, inserida no campo da Psicologia Social, cujo objetivo consistiu em analisar as percepções da elite branca de duas cidades do interior de um estado do nordeste brasileiro sobre estudantes universitários negros e africanos, abordando o mito da democracia racial e os processos de racialização que sustentam as relações de poder com base nas marcas diferenciais de etnia, raça e classe.

Os/as autores/as pesquisadores/as são, em sua maioria, pessoas racializadas como negras, advindas de classes sociais baixas, naturais e/ou residentes no Nordeste brasileiro, e no momento da investigação estavam como estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A proposta investigativa se delineou a fim de dialogar com os debates contemporâneos sobre branquitude, colonialidade e relações étnico-raciais, contribuindo para o aprofundamento da compreensão das dinâmicas de poder que sustentam as desigualdades raciais no Brasil.

No desenvolvimento da história do país, houve uma construção ideológica, reconhecida atualmente como mito da democracia racial, que era sustentada pela ideia de que as relações entre diferentes grupos raciais, como indígenas, brancos e negros, são harmoniosas e igualitárias. No entanto, esse mito encobre as profundas desigualdades e tensões raciais, além de legitimar estruturas de poder que privilegiam a elite branca em detrimento das populações negras e indígenas, por exemplo.

A elite branca, mais diretamente, é sustentada por um acordo não verbalizado de autopreservação. Tal fenômeno, conceituado como branquitude, está comprometido com a desigualdade racial, que outrora era mantida mais fortemente pela suposta democracia racial. A branquitude se comporta como um vigia das relações sociais, para não se implicar com a modificação ou ruptura da sua lógica racial. Assim, racismo e branquitude se misturam visando manter pessoas negras no lugar de interesse das elites brancas, geralmente em posições subalternizadas, a fim de que a população branca continue tendo as melhores oportunidades, como acesso à educação superior e o recebimento de melhores salários.

Diante disso, voltamo-nos a cidades interioranas, onde o distanciamento geográfico dos centros urbanos não implica em menor relevância das questões raciais, para investigar as dinâmicas discursivas da elite branca sobre relações e enfrentamentos raciais. Acreditamos que esses espaços contemplam especificidades que merecem nossa atenção, uma vez que a manutenção dos privilégios raciais pode se manifestar de formas veladas ou naturalizadas, mas, ainda sim, nocivas.

Argumentamos que seja salutar identificar discursividades que perpetuam a negação do racismo (Gomes, 2005; Almeida, 2019), sobretudo entre os grupos dominantes que se beneficiam de tal invisibilidade (Bento, 2022; Carone & Bento, 2017). Mais do que isso, podemos assumir uma posição que problematiza as construções ideológicas das elites brancas como estratégia para o desmantelamento das estruturas de opressão racial no Brasil.

Desse modo, apresentaremos o racismo e a branquitude como elementos constitutivos das elites brasileiras, além da concepção de democracia racial a partir de um quadro referencial sensível ao que acontece no nosso território nacional. Na sequência, caracterizaremos a metodologia utilizada, o território onde a investigação aconteceu, os participantes, os procedimentos éticos e de coleta de dados, e os recursos de análise. Em seguida, apresentaremos

os resultados e as discussões com base numa perspectiva psicossocial. Por fim, apontaremos algumas considerações.

1.1 Racismo, branquitude e a consolidação das elites brasileiras

O racismo se configura como um conjunto de processos históricos e sociais que garantem a perpetuação de desigualdades entre pessoas brancas e negras, de maneira que estas últimas são consideradas inferiores àquelas (Almeida, 2019). Expresso em comportamentos variados, desde atitudes e sensações nutridas e internalizadas até a arquitetura e o funcionamento das instituições sociais (Campos, 2017; Silva, 2017), o racismo age de forma estrutural, na qual deve ser compreendido “sob o prisma da institucionalidade e do poder” (Almeida, 2019, p. 54). Assim, além de terem seus direitos e acessos negados, pessoas negras sofrem com a invisibilização de sua identidade etnicorracial (Ribeiro, 2019), ao passo que pessoas brancas gozam de prerrogativas e privilégios herdados da escravidão.

Conforme Silvio Almeida (2019), o racismo estrutural se caracteriza pelo enraizamento e a presença da violência racista no tecido social, de modo que sua expressão tem no passado colonial e escravocrata brasileiro sua gênese imediata. Ramón Grosfoguel (2016) também argumenta que o racismo surge do pacto colonial europeu, no qual tudo que não se identificasse com a Europa branca seria visto como inferior, menos civilizado e menos humano. Essa lógica colonial permanece em operação como colonialidade (Maldonado-Torres, 2019), hierarquizando corpos e culturas. É importante notar que essa perpetuação da dominação racial também sustenta a construção e a manutenção das elites brancas no Brasil.

Nesse cenário, as elites brancas, em termos econômicos, políticos e culturais, funcionam como guardiãs do *status quo* racista, ou seja, são responsáveis pela manutenção dos privilégios perpetuados e disfarçados. Conforme os estudos de Cida Bento (2022), a branquitude opera como um mecanismo de invisibilização das desigualdades raciais, promovendo uma ilusão de igualdade enquanto sustenta as estruturas de poder que favorecem os brancos. Desse modo, a branquitude normaliza e naturaliza a dominação racial, legitimando a ideia de que o racismo é inexistente ou irrelevante, o que perpetua a opressão.

As práticas coloniais foram responsáveis pela construção de elites autoritárias, cujos privilégios são mantidos pela colonialidade. A elite é, em sua maioria, constituída por sujeitos homens, europeus, brancos, heterossexuais e cristãos, diferenciando-se dos povos pretos, indígenas e não ocidentais. Essas elites dominaram os modos de produção locais e reafirmaram seu *status* como classes dominantes nos territórios invadidos, estabelecendo-se como referências de sucesso, beleza e cultura (Oliveira & Resende, 2020).

No Brasil, a formação das elites está profundamente interligada ao passado escravocrata, o que torna as dinâmicas locais mais complexas, conforme Jessé Souza (2017). Mesmo após a abolição da escravidão, as condições de vida das pessoas negras permaneceram precárias, enquanto as elites brancas mantiveram seus privilégios. Pensar a branquitude no Brasil contemporâneo é, portanto, questionar esses privilégios herdados desse passado violento (Müller & Cardoso, 2018; Bento, 2022). Segundo Carone e Bento (2017), o racismo é como uma parede de vidro transparente: invisível, mas sempre presente, barrando aqueles que tentam escapar dos limites da branquitude.

1.2 Mito da democracia racial e a importância políticas afirmativas

A concepção de democracia racial foi usada, inicialmente, para descrever a ausência de diferenças e conflitos entre os diferentes grupos etnicorraciais no Brasil, fossem eles de natureza social ou racial (Melo & Schucman, 2022). Assim, surge durante o Estado Novo a expressão democracia racial para incrementar o Brasil na agenda política democrática mundial, opondo-se ao racismo e ao totalitarismo nazifascista da Segunda Guerra (Guimarães, 2006). Esse conceito se firmou como um ideário de compromisso político e de igualdade entre todos os brasileiros, independentemente da raça e etnia, criando a imagem de um país onde as desigualdades raciais não teriam relevância.

Porém, é criticamente lida como “um modo tacitamente pactuado de integração dos negros à sociedade de classes do Brasil pós-guerra” (Guimarães, 2006, p. 270). Embora houvesse o anúncio internacional de um compromisso político brasileiro para estabelecer uma democracia racial, a concretização da mesma não era realizada, afinal, tratava-se de um pacto de poder restritivo que excluía formações ou participações étnico-raciais no sistema político (Guimarães, 2006). Além das esferas políticas, a realidade de trabalhadoras negras, tanto nos centros urbanos quanto em contextos rurais, permanecia precária e desigual, evidenciando o caráter ilusório dessa democracia racial.

A (suposta) democracia racial funciona, portanto, como um mito ideológico produzido pela elite intelectual branca com o objetivo principal de evitar conflitos raciais e o levante da massa de ex-escravos no Brasil. Essa estratégia ideológica, aliada às políticas de branqueamento da população, permitiu às elites encobrir o racismo estrutural que molda o país e disseminar a ideia de uma identidade nacional harmoniosa (Melo & Schucman, 2022).

Um dos reflexos desse mito foi o atraso na criação e implementação de políticas afirmativas para pessoas negras. As ações afirmativas são respostas do Estado para corrigir as desigualdades de acesso aos bens públicos como a educação, garantindo a inclusão de pessoas negras e favorecendo a construção de uma identidade racial (Almeida, 2019; Lima et al., 2014). Essas políticas afirmativas representam uma tentativa de romper com o mito da democracia racial, como argumenta Nilma Lino Gomes (2005), ao trazer à tona as desigualdades raciais e a necessidade de políticas reparadoras.

Porém, durante muitos anos, as ações afirmativas enfrentaram resistência, com argumentos que atacavam sua constitucionalidade, alegavam violação da meritocracia e até promoção ao racismo. Defendia-se que o processo seletivo de acesso às universidades públicas era justo e neutro, utilizando a Constituição de 1988 para sustentar a ideia de igualdade formal. O argumento de que as cotas promoveriam a segregação racial também foi amplamente utilizado, desconsiderando as desigualdades históricas e estruturais que as cotas buscam combater (Almeida, 2019).

No entanto, esses argumentos estão descolados da realidade racial e social do Brasil. Em 2018, as taxas de analfabetismo entre negros de 15 anos ou mais eram mais que o dobro da taxa entre brancos da mesma idade (IBGE, 2019). Além disso, apesar de avanços no acesso ao ensino formal na última década, a porcentagem de estudantes brancos de 18 a 24 anos no ensino superior ainda era significativamente maior (78,8%) em comparação aos estudantes negros (55,6%).

Diante do que dialogamos nessa primeira seção, os sujeitos e movimentos sociais mobilizados por justiça social defendem que enquanto não houver um debate sério sobre ações afirmativas que visem a igualdade de oportunidades para pessoas não brancas, e uma maior

participação social na criação e implementação de políticas públicas, continuaremos contribuindo para a reprodução do racismo estrutural.

2. Método

A presente pesquisa partiu de uma perspectiva qualitativa, com ênfase na realidade empírica (Minayo & Sanches, 1993) do discurso das elites locais das cidades em estudo. A pesquisa ocorreu em dois municípios do interior do Ceará que encabeçaram o processo de abolição da escravidão no Brasil: Redenção e Acarape. A estimativa populacional de Redenção é de 27.214 habitantes, e Acarape, 14.027 habitantes (IBGE, 2022).

Redenção e Acarape compartilham em seus territórios os *campus* da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), dinamizando os setores de serviços local e fomentando o fortalecimento de uma elite detentora de imóveis e comércios. Fruto das políticas públicas do governo Lula de 2008, a UNILAB estabelece uma cooperação solidária, na busca de promover o desenvolvimento regional (interiorizado) e o intercâmbio cultural, científico e educacional da região e dos países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sendo eles: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (Diógenes & Aguiar, 2013).

Redenção foi a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão, mas ainda hoje carrega consigo as marcas históricas de um vivência de sofrimento e violência que se reproduzem nas sutilezas do cotidiano. Embora seja uma cidade histórica na vanguarda das questões raciais, destaca-se que a mesma é perpassada por uma lógica dominante em que se sobrepõem aspectos de desigualdade em torno dos marcadores identitários de raça, classe e gênero. Realidade que se aplica a cidade de Acarape, que outros tempos, antes de sua emancipação política, já foi pertencente a Redenção. Assim, destaca-se a manutenção dos privilégios em torno das pessoas brancas, demarcado pelo gênero masculino, detentores de maior poder aquisitivo.

Buscando identificar pessoas com maior poder aquisitivo, a pesquisa foi realizada com portadores(as) de comércios de médio e grande porte e de empreendimentos imobiliários, não coincidentemente homens brancos em sua maioria. Contudo, atesta-se que, no que diz respeito aos aspectos raciais dos/as participantes, não houve uma indução de escolha nem pelas autodeclarações raciais dos mesmos, e também não foi realizada uma avaliação de heteroidentificação pelos(as) próprios(as) pesquisadores(as). Assim, a composição de participantes se deu a partir da técnica bola de neve (*snow ball*), em que as pessoas entrevistadas indicaram pessoas conhecidas que faziam o perfil da pesquisa. Os critérios de participação estipulados foram: ser uma pessoa adulta; residir nas cidades de Redenção e Acarape por mais de 10 anos; aceitar participar da investigação; e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Após o mapeamento dos(as) principais comerciantes e donos(as) de imóveis das duas cidades, realizamos o contato inicial que consistiu em estabelecer um vínculo com o/a participante da pesquisa, bem como apresentar a pesquisa. Essa etapa valeu-se do procedimento de *debriefing* (Koller, 2008), constatado nas novas resoluções de pesquisa com seres humanos no Brasil, pelo qual se oculta o objetivo geral da pesquisa, entendendo que este pode afetar a disposição dos(as) participantes.

Após o agendamento de um horário conforme a disponibilidade dos/as participantes, os encontros eram marcados geralmente em seus escritórios empresariais, e às vezes, em suas

residências. Desse modo, foram entrevistados 8 participantes que possuem privilégios sociais e raciais refletidos em suas condições financeiras. Entre estes, 4 (quatro) eram homens brancos, 3 (três) eram mulheres brancas e 1 (uma) era mulher parda. As entrevistas utilizadas se referem aos interlocutores da tabela 1, cujos nomes são fictícios. Destaca-se que as entrevistas ocorreram entre os meses de julho a setembro do ano de 2023.

Participantes da pesquisa

Participante	Estado Civil	Cor/raça	Idade	Empreendimento
Moacir	Casado	Branco	61 anos	Dono de Comércio
Mirtes	Casada	Branca	48 anos	Dona de Comércio
Josimar	Casado	Branco	58 anos	Dono de comércio e imóvel
Sergio	Casado	Branco	52 anos	Dono de comércio e imóvel
Socorro	Solteira	Branca	56 anos	Dona de Comércio
Esperança	Casada	Parda	47 anos	Dona de Comércio
Flora	Casada	Branca	64 anos	Dona de imóveis
Helena	Solteira	Branca	27 anos	Dona de Comércio
Oswaldo	Casado	Branco	59 anos	Dono de Comércio

Fonte: Próprios autores

Com objetivo proporcionar uma fluidez à narrativa do(a) participante, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, as quais, por meio de perguntas abertas, possibilitam a expressão de sentimentos, crenças e valores dos temas investigados (Duarte, 2004). Assim, o roteiro de perguntas almejava captar a percepção dos(as) participantes sobre aspectos raciais e sobre políticas públicas. As entrevistas eram conduzidas em tom de conversa, promovendo um ambiente tranquilo e seguro para que eles/as se sentissem à vontade para manifestarem suas percepções sem julgamentos. Além disso, antes de iniciar, era apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), comunicando que as entrevistas seriam gravadas, mas suas informações permaneceriam em anonimato. Pontua-se que não houve objeção acerca das gravações.

As entrevistas foram gravadas, posteriormente transcritas e analisadas. Os relatos verbais obtidos foram submetidos ao *software IRAMUTEQ* (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, versão 0.7). Além de possibilitar análises quantitativas, o *IRAMUTEQ* também permite leituras e interpretações qualitativas através da lexicografia de dados textuais (Camargo & Justo, 2013), as quais mantivemos em nosso foco.

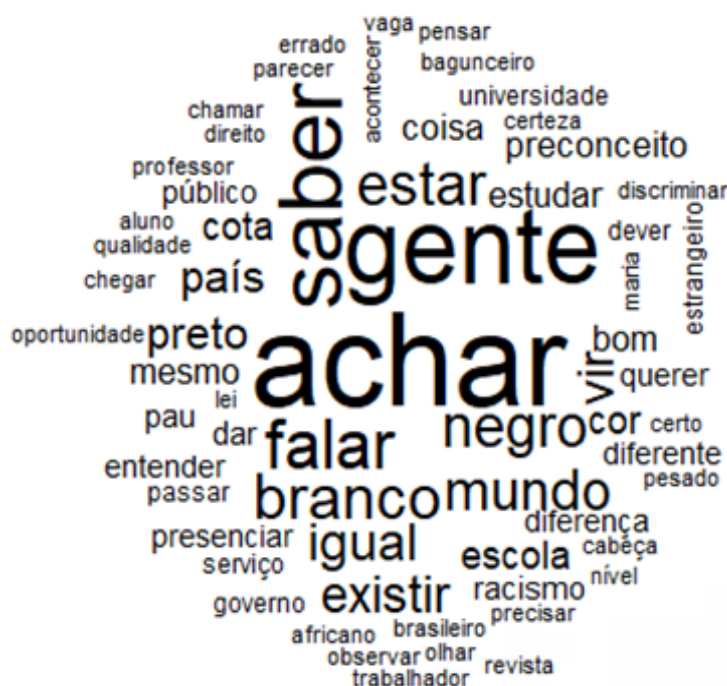
Os recursos de análise do material transcrito pelo *IRAMUTEQ* foram: a) nuvem de palavras, o qual agrupa graficamente as palavras conforme sua frequência; b) análise de similitude, o qual identifica as co-ocorrências entre as palavras e sugere possíveis entre elas, facilitando a identificação da estrutura organizativa do corpus textual; e, por fim, c) classificação hierárquica descendente (CHD), o qual classifica os segmentos textuais em função de suas palavras, e o conjunto destas é dividido em função da frequência em formas menores chamadas de classes. Também foram levantados os segmentos de textos mais representativos de cada classe, conforme orienta Camargo e Justo (2013).

Destaca-se que a pesquisa cumpriu com as normativas éticas de pesquisa com seres humanos, sendo aprovada no Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

3. Resultados e Discussões

As entrevistas analisadas pelo *IRAMUTEQ* resultaram em um *corpus* textual de 64 segmentos textuais, com 2.169 ocorrências, 539 formas e 286 *hapax* (palavras que não se repetem), tendo uma média de ocorrências por texto com valor de 33,89. O *corpus* também apresentou 6 classes distintas que serão melhor explicadas em confluência com os resultados da Classificação Hierárquica Descendente. Inicialmente, apresentaremos os resultados gerados pela Nuvem de Palavras.

Nuvem de palavras



Fonte: Próprios autores a partir do software Iramuteq

Conforme a Nuvem de Palavras (Figura 1), observamos que os verbetes em destaque são: **achar, gente, saber, falar, branco, negro, mundo, igual, estar, preto, existir, país, escola e cota**. Esse recurso de análise evidenciou as palavras mais frequentes no *corpus* textual, revelando padrões discursivos que ajudam a compreender as dinâmicas raciais presentes no grupo analisado. Nesse sentido, apontamos uma ligação entre **achar, saber, gente, falar e branco**, que conduziu nossas discussões.

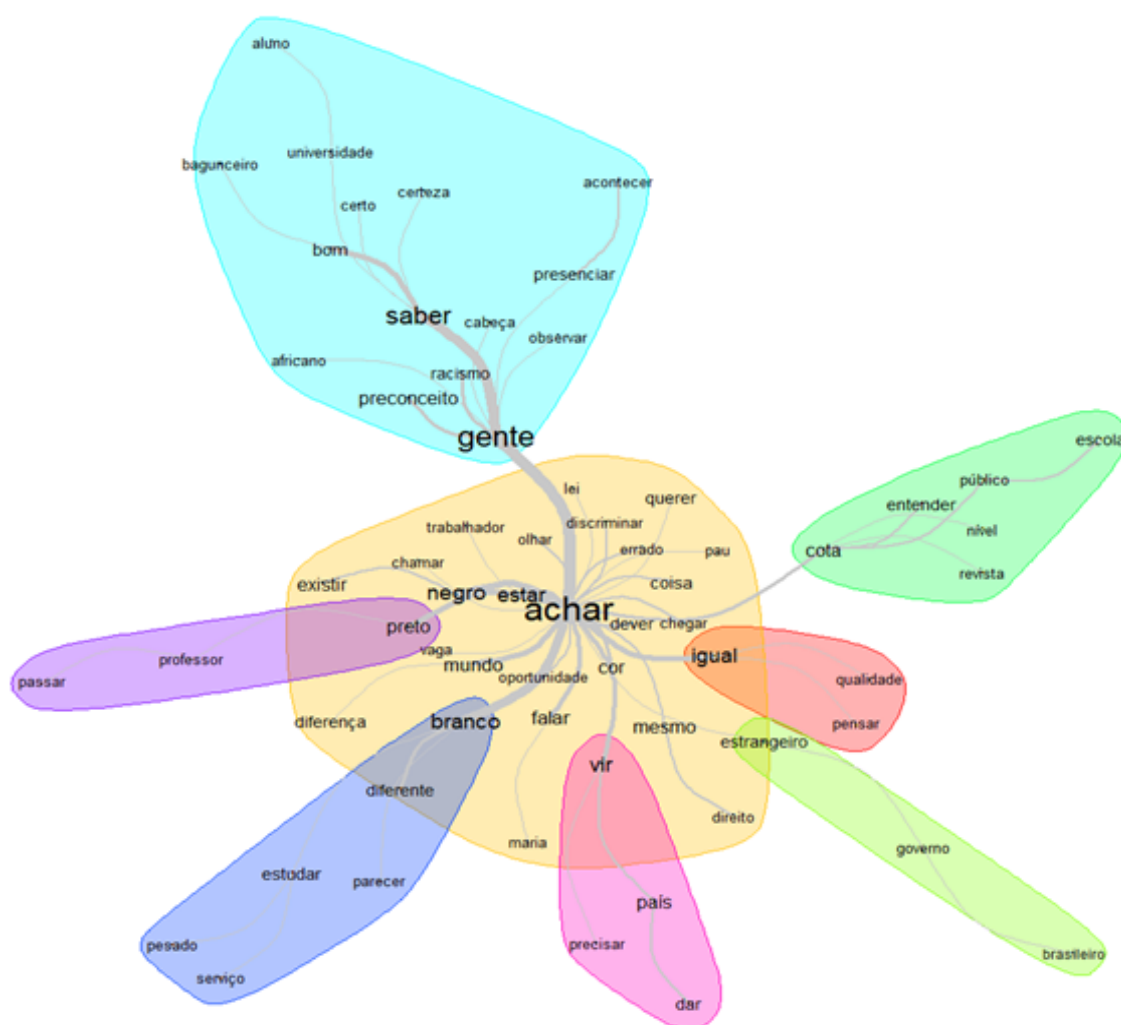
Com essa nuvem de palavras e com acesso às entrevistas, compreendemos que esses verbetes refletem como a elite branca de Redenção e Acarape se posiciona como autoridade no discurso racial em relação ao alunado negro, legitimando-se a partir de privilégios. Tais palavras foram utilizadas em construções discursivas que sugerem um lugar de superioridade, onde pessoas brancas se veem autorizadas a falar sobre raça com base em sua visão de mundo,

ignorando a experiência vivida por pessoas negras. Esse posicionamento remete ao **pacto narcísico da branquitude** (Bento, 2022), no qual indivíduos brancos constroem uma narrativa de neutralidade ou universalidade que desconsidera as particularidades da opressão racial:

O diverso, o diferente, é definido a partir da comparação com o branco, que é considerado “a referência”, “o universal”. Tudo que se afasta dessa referência, ou “modelo”, pode ser considerado inapropriado e provoca exclusão e discriminação seja na educação, no trabalho ou em outras esferas da vida (Bento, 2022, p. 57).

Outro recurso utilizado foi a Análise de Similitude. Este cria comunidades estruturadas (demarcada por cores) conforme as palavras e os seus segmentos, possibilitando ligações das palavras com linhas entre as comunidades. Esta ligação é estabelecida conforme a espessura da linha conectiva. O tamanho das palavras é o indicativo de sua frequência no corpus textual, bem como seu poder explicativo sobre suas comunidades.

Análise de similitude de todo o corpus em análise



Fonte: Próprios autores a partir do software Iramuteq

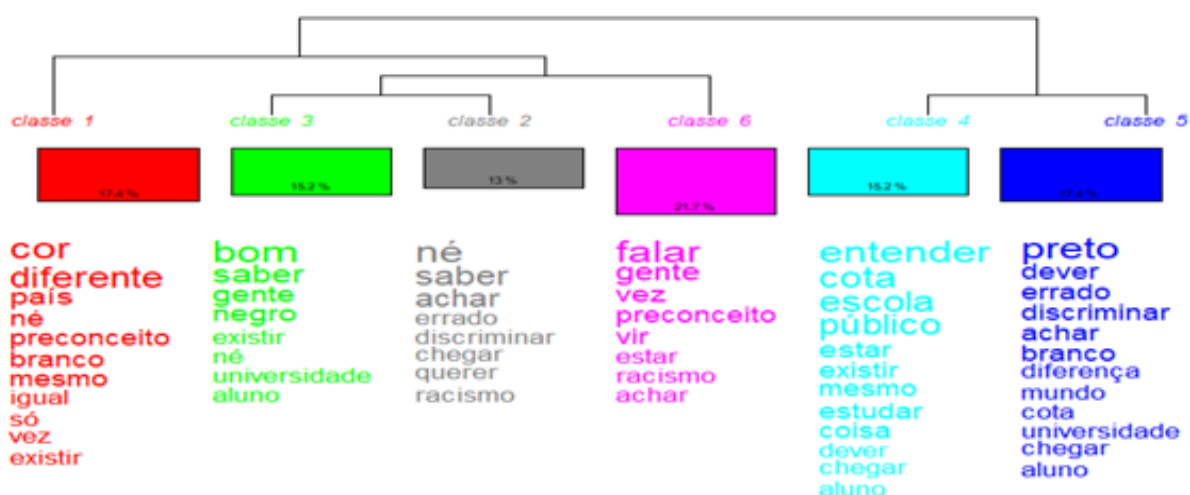
Conforme tal recurso de análise (Figura 2), pode-se observar que na posição central há ligações entre os verbetes **achar** e **gente**. Em relação ao verbe **achar**, este está relacionado aos

seguintes elementos organizadores: **preto, branco, vir, estrangeiro, igual** e **cota**. Já o verbete **gente** se associa aos elementos organizadores: **saber, preconceito, racismo** e **africano**. Portanto, mediante ao agrupamento destas palavras destacam-se aspectos em torno das questões raciais e as formas de percepção coletivas em torno de um determinado grupo.

Apontamos que as práticas de preconceito e de racismo advém de uma concepção de raça construída socialmente. Constituída por marcadores da diferença, a raça foi criada como dispositivo para categorizar e classificar os grupos sociais (Schwarcz, 2019). Apesar da já comprovada inexistência biológica de raças dentro da espécie humana, essas representações sociais ainda afetam e influenciam o mundo real. Assim, as percepções das elites desencadeiam estereótipos, culminado em práticas discriminatórias, violentas e preconceituosas.

Já com base nos resultados da Classificação Hierárquica Descendente, obtivemos 64 segmentos textuais, 392 de palavras tematizadas, 274 formas ativas e 17 formas suplementares, com média de 33,89 formas por segmento de texto. Consideramos para a análise dos segmentos de texto 71,88%, o que é um valor significativo, como apontam Camargo e Justo (2013). Seis classes foram geradas. A primeira divisão se origina da classe 1, em um *sub-corpus* originando a classe 3 e a classe 2, e no outro segmento a classe 6. Em seguida, gera-se outra subdivisão, formando as classes 4 e 5. Assim, somam-se seis *sub-corpus*.

Dendograma de classes



Fonte: Próprios autores a partir do software Iramuteq

De acordo com cada classe, foi possível evidenciar os verbetes mais significativos de cada uma, na qual serão analisadas detalhadamente as relações estabelecidas entre os marcadores de raça e classe a partir dos discursos e percepções de uma elite local. Com isso, as narrativas destes(as) interlocutores(as) serão analisadas a partir de suas conexões geradas. Assinalamos que cada uma das seis classes é intitulada consoante ao seu conteúdo, e consequentemente, analisada e discutida.

A classe 1, intitulada **Desigualdade racial, preconceito e existência**, congrega reflexões e impressões sobre a existência e contrastes entre pessoas pretas e brancas no Brasil, de modo que são narradas perspectivas sobre as dificuldades que engendram a vida de cada um desses sujeitos. Conforme análises descritivas efetuadas, os verbetes que compõem essa categoria representam 17,4% (ST). Os principais elementos (palavras) desta classe, são: cor, diferente, país, preconceito, branco, igual e existir.

Diante dessa classe, pensamos que uma das características da branquitude é o pacto narcísico (Carone & Bento, 2017; Bento, 2022), que diz sobre a empatia, a compaixão e a identificação que socialmente se desenvolve em relação às pessoas brancas. Assim, quanto mais sinais de branqueamento uma pessoa tiver, mais fácil será sua aprovação por outras. Nessa lógica, pessoas brancas têm maiores vantagens nas relações interpessoais formais, como o trabalho, e informais, como a construção de relacionamentos interpessoais. Um exemplo de como esse pacto se organiza é a fala de Josimar durante a entrevista, a qual revela o não reconhecimento das desigualdades sociorraciais: “não tem uma diferença, porque existe o preconceito né, existe a questão de cor em todo o país”.

Já na entrevista com Flora, destaca-se a percepção de que o Brasil é um país branco em sua grande parte, pois ela faz um contraponto entre o país de origem dos estudantes africanos da UNILAB e o Brasil: “parece que no país deles com certeza são assim mesmo né, aí vem pra um país diferente, que é o branco, que às vezes não aceitam né, mas de um modo geral não dá esses negócios de briga e cadeia não, sabe” (Flora, comunicação pessoal, agosto de 2018).

Pelo trecho anterior, é possível notar que o Brasil é considerado como um **país branco**. Destacamos que as políticas de branqueamento são importantes elementos do racismo à brasileira, um tipo de racismo que tenta se disfarçar, se amenizar, mas que não deixa de ferir. Entre essas políticas, a miscigenação foi fruto das práticas colonizadoras de estupro de mulheres pretas africanas e indígenas brasileiras, o que gerou uma gradação na expressão fenotípica de pessoas pretas (Guimarães, 2004) e uma falsa impressão de um país branco. Essa percepção pode gerar inconsistências na leitura racial dos indivíduos de um dado grupo, assim como acontece no trecho da entrevistada acima.

A classe 6, intitulada **Percepções da branquitude sobre o racismo**, congrega justamente as impressões e percepções da elite branca de Redenção e de Acarape sobre a existência de racismo no território local e no Brasil, de modo que são narradas opiniões acerca da legitimidade e da existência de processos psicossociais racistas. Conforme análises descritivas, os verbetes que compõem essa categoria representam 21,7% (ST), tendo destaque: falar, gente, preconceito, estar, racismo e achar.

É possível observar que todas as palavras desta classe fazem menção à percepção dos participantes acerca do racismo, do seu funcionamento e da sua expressão. Notamos que um dos entrevistados afirma, inicialmente, que o racismo não é um fenômeno concreto, de modo que ele só existe nos pensamentos e ideias dos estudantes negros da UNILAB, o que fica evidente na fala de Socorro: “ela não falava comigo porque eu era branca, o preconceito era dela, não meu. Às vezes o racismo não tá na nossa cabeça, tá na cabeça deles. Acho que todo mundo é igual, pra mim todo mundo é igual”.

Waleska Batista (2018) tem problematizado algumas estratégias de invisibilização do racismo cotidiano. Uma delas é a negligência quanto à sua existência. Nessa dinâmica, as elites brancas brasileiras, como a de Redenção e Acarape, definem o que é racismo. É um movimento importante de ser notado, pois são pessoas brancas delimitando o que é próprio da experiência de pessoas pretas, como presente na fala de Socorro: “...eu acho que todo mundo é igual, pra mim todo mundo é igual”. Essa construção discursiva faz parte da própria construção do mito da democracia racial em que a elite intelectual e econômica apresenta um projeto de sociedade harmônica sem os conflitos raciais que poderiam lhes tirar seus privilégios, conforme Lia Schucman (2010). Dito isto, destaca-se que embora as cidades mencionadas tenham uma grande participação na história abolicionista brasileira, ressalta-se que ambas se forjaram a partir do trabalho escravo. Redenção, especificamente, constitui-se enquanto território a partir

das relações coloniais sustentadas a partir da segregação entre negros e brancos, bem como da forçada miscigenação racial e embranquecimento como projeto de nação.

No entanto, o apagamento simbólico racista desautoriza a fala de pessoas pretas sobre suas vidas, suas necessidades e suas dores (Ribeiro, 2019). Assim, é dado às pessoas brancas o poder de construir as narrativas de pessoas pretas, colocando, inclusive, como na fala anterior de Socorro, a percepção do racismo por pessoas pretas como algo do campo do imaginário, do exagero ou da loucura. Nesse sentido, o racismo opera como uma estrutura que desmantela a vida de pessoas pretas nos mais diversos níveis, inclusive no nível simbólico (Almeida, 2019). Daí a importância da narrativa autobiográfica, isto é, do direito de se narrar como pessoa, podendo se constituir como um elemento de resistência frente a processos de violência (Aguilar, 2018). Entretanto, o que acontece é que pessoas vítimas de violências sistemáticas, como o racismo, muitas vezes têm esse direito retirado.

Conforme o outro conjunto de *sub-corpos*, a classe 2, intitulada **Racismo velado e a questão do Outro**, reflete sobre as práticas de discriminação racial e racismo velado em sua maneira sutil nas relações sociais. Esta constitui 13% dos segmentos textuais e seus principais verbetes foram: saber, achar, errado, discriminar e racismo. Diante das falas da elite local e branca fica evidenciado que as relações da cidade são concebidas a partir de um racismo velado, haja vista que acreditam ser errado discriminar pessoas negras e africanas. Contudo, ainda acreditam na ideia falaciosa de igualdade de oportunidade e ao mesmo tempo concebem pessoas pretas como inferiores.

Ora, segundo as definições de Almeida (2019), a discriminação racial pode ser considerada como o tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Já o racismo é definido por seu caráter sistêmico e se materializa através da discriminação racial. Deste modo, o racismo não se trata somente de um ato discriminatório ou de um conjunto de atos, mas de processos que envolvem condições de subalternidades e privilégios que se partilham entre grupos e se reproduzem nas relações cotidianas, na política e na economia.

Os(as) interlocutores(as) da pesquisa atribuem um caráter de inferioridade a pessoas negras e africanas que precisam então de ajuda, como é possível perceber no trecho com a fala da entrevista de Esperança: “Acho que é necessário. Se eles não tivessem esses auxílios, eu acho que eles não tinham muitas condições não. Você sabe que o custo de alimentação é caro, né?”.

É perceptível uma naturalização e individualização das relações de desigualdade entre brancos e não brancos no tecido social da nossa sociedade. O racismo velado presente no Brasil apresenta características bem específicas e precisa ser questionado, tendo em vista que no seio das relações sociais foi construído um imaginário que se caracteriza nas reações de discriminação racial de forma sutil e que atribui formas de tratamento que são bem singulares na história do nosso país.

De acordo com a classe 3, intitulada **Branqueamento e racismo** e representando 15,02% (ST), percebemos a sutileza como o racismo e o preconceito são evidenciados pelas elites e como essa sutileza foi influenciada pela tentativa de branqueamento da nossa sociedade. Assim, a presença dos estudantes negros e africanos na universidade reforça a percepção de suas diferenças. Os principais verbetes foram: bom, saber, gente, negro, existir, universidade e aluno.

Observamos a percepção da elite local sobre os estudantes negros e africanos da UNILAB, em que se infere a ideia de não existirem pessoas negras no Brasil, conforme dito por Flora: “Os negros tem a pátria deles. Eu acho que manda alguma coisa pra eles”. Esse discurso dialoga com a ideia dos/as estudantes brasileiros/as da UNILAB que não são reconhecidos en-

quanto pessoas negras e pode ser compreendida enquanto um resquício do mito da democracia racial no Brasil e branqueamento da população brasileira. Novamente, fica evidente como ambos foram manobras políticas das elites tentando encobrir o reconhecimento do racismo brasileiro (Schucman, 2010). Ao passo que a miscigenação buscou homogeneizar a diversidade etnicorracial presente no Brasil, junto a ela difundiu-se a crença de que não existem práticas de discriminação vertidas contra a população preta, uma ideia que não corresponde à realidade brasileira (Fernandes, 2017; Gonçalves, 2018).

Em seguida, a classe 5, **Igualdade e meritocracia**, reúne concepções acerca do modo como as pessoas brancas e negras devem ser tratadas de maneira igualitária, pois se acredita que todas as pessoas são iguais, reforçando, dessa maneira, argumentos meritocráticos. Os verbetes desta categoria representam 17,4% (ST), sendo eles: preto, dever, errado, discriminar, branco, diferença, cota, universidade e aluno. Observa-se que as palavras que mais se repetiram fazem referência às pessoas brancas e negras, e de como há igualdade e harmonia racial. As narrativas demonstram posicionamento contrário às ações afirmativas, como se percebe no relato de Mirtes: "...preto, né, tem uma cota, eu acho isso aí errado". Ou seja, acredita-se que as pessoas negras não são historicamente discriminadas.

Após essa observação, percebe-se que mesmo o Estado brasileiro reconhecendo timidamente as desigualdades raciais, afinal as políticas de ações afirmativas são uma realidade, a elite branca insiste em **achar** as cotas para ingresso na UNILAB desnecessárias, com fundamentação na **igualdade**. O discurso de Mirtes reflete o que estamos tratando: "Tinha que ser pau a pau. O branco e o preto tinham que estudar igual e não ter essa diferença de vaga". Assim, confirmamos a persistência do mito da democracia racial no imaginário social. Isso é problemático, pois a realidade brasileira apresenta altos índices de desigualdades raciais e sociais.

Na base das argumentações também se encontra a percepção da existência da meritocracia, afirmando que as conquistas individuais podem ser alcançadas apenas por mérito (Oliveira, 2019; Silva, 2017), como em outro trecho da fala de Mirtes a respeito do modo de ingresso na UNILAB: "o branco e o preto tinham que estudar igual". Como justificativa da falsa igualdade também apareceu o Deus do cristianismo, tal qual na fala de Sérgio: "porque eu acredito...que Deus, ele, fez todas as coisas, tanto o branco como o preto, e não é para ser discriminado, né". Dessa maneira, desenham-se formulações religiosas para encobrir uma questão racial e socioeconômica desigual. Há inúmeras tentativas de deslegitimar a necessidade das cotas raciais.

E por fim, a classe 4, denominada **Ações afirmativas e ameaça ao nível educacional**, reúne concepções acerca da existência de ações afirmativas para pessoas oriundas de escola pública e para as pessoas negras, evidenciando a preocupação com o impacto no nível e desempenho educacional desses estudantes. Conforme análise descritiva, os verbetes desta categoria representam 15,2% (ST), sendo eles: entender, cota, escola, público, existir, estar e estudar. Destaca-se que essas palavras fazem referência à percepção dos(as) participantes acerca de uma possível ameaça ao nível educacional devido às políticas de ação afirmativa.

É importante notar que Helena faz um relato ambíguo e contraditório: "eu não sei pra que uma cota para escola pública porque a escola pública não tem o mesmo empenho educacional que a escola particular tem?". A preocupação aqui é com o **empenho educacional**. No entanto, nesse eixo de análise, pesquisas apontam que os estudantes cotistas persistem mais nos estudos, possuindo menores taxas de evasão e maiores taxas de graduação (Bezerra & Gurgel, 2012; Mendes Jr., 2014; Oliveira, 2019).

Ainda sobre essa questão, outros relatos não se alinham totalmente com a ideia de que não há necessidade de políticas públicas que forneçam métricas igualitárias devido ao contexto

social desigual. Na verdade, de acordo com Helena, por exemplo, “...a escola pública não tem qualidade ao nível de uma particular”. Consegue-se aferir o reconhecimento de uma estrutura desigual, o que não significa, necessariamente, a validação da existência de ações afirmativas.

Além disso, a elite de Redenção e Acarape dialoga com a ideia simplista de que as cotas são uma política racista (Guimarães, 2006; Schucman, 2010). O discurso de Helena reflete que: “eu acho que teria que mudar essa política pra não chegar ao ponto de se estipular cota pra negro ... **isso é discriminatório**” e “mas, eu acho que quando eu coloco cotas pra negro **eu estou sendo racista**”. Contudo, como discutido anteriormente, o racismo “se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos” (Almeida, 2019, p. 22). Ou seja, as cotas não se tratam de políticas de distinção (que se acabam/encerram na própria discriminação), mas sim de reparação histórica (numa ótica mais ampliada) (Ribeiro, 2023).

Portanto, conseguimos dizer que o discurso da branquitude é carregado de medo e ressentimento (Bento, 2022) para proteger o privilégio racial, econômico e político de elites locais. Destaca-se que, nas realidades de Redenção e Acarape, embora as elites não exerçam nenhuma implicação na constituição ou na efetivação das políticas públicas, são estas que, detentoras dos comércios e propriedades da região como herança da estrutura escravagista, tem seus produtos consumidos e imóveis alugados pela economia que a presença da universidade federal circula. Dessa maneira, ao criar estratégias para lucrar com os bens herdados de seus privilégios raciais, como o abuso dos preços dos alugueis e produtos comercializados, estão também reiterando e protegendo seus privilégios e posições de poder. Contraditoriamente, são economicamente beneficiadas pela presença dos estudantes negros africanos, mas se apresentam contrárias às políticas de reparação, e por vezes se negam inclusive a ofertar seus serviços às pessoas negras, manifestando de forma explícita e objetiva o racismo.

4. Considerações Finais

Considerando o exposto supra, fica evidente que o mito da democracia racial e a branquitude continuam presentes nas relações sociais e materiais analisadas nas duas cidades em que esta pesquisa se desenvolveu. Observamos que a existência de uma universidade com estudantes negros e africanos ainda não trouxe reformulações nas justificativas racistas da elite local para manutenção de seus privilégios. A branquitude é central nessa tentativa de defesa dos privilégios das elites, almejando esvaziar a importância das ações afirmativas e a necessidade de combate às desigualdades raciais históricas no Brasil.

É necessário, portanto, pensar em estratégias para a desconstrução desses pensamentos racistas nas elites locais, bem como para mitigar a violência do racismo nas convivências em ambas cidades. A realização de ações formativas educativas em espaços públicos das cidades, para além dos muros da universidade, bem como o incentivo e fortalecimento de grupos e coletivos que afirmam a identidade racial negra e questionam o racismo subjetivo e material são algumas estratégias que podem contribuir com o desmantelamento dos focos de preconceito e da vigência do mito da democracia racial. Ainda, por mais que até o momento de realização desta investigação a presença da UNILAB não tenha convocado os participantes das elites locais a examinar seus discursos, práticas e privilégios, consideramos que a proposta de uma universidade de integração afro-brasileira, à longo prazo, pode transformar radicalmente a estrutura racial mantida há séculos em Redenção e Acarape, como no restante do país.

Com isso, ao discorrer sobre a performance de uma elite branca local que (re)produz discursos preconceituosos contra estudantes universitários negros e africanos, pontuamos a necessidade de debater as relações raciais estabelecidas a partir dos grupos detentores de privilégios. Nesse sentido, apontamos como limitação deste estudo a impossibilidade de incluir outros territórios, desde micro a macro escalas, bem como outros tipos de elites, como as elites políticas. Com isso, destacamos a importância de investigações que possam questionar e tensionar as estruturas sociais dadas como determinadas, assumindo o compromisso político, histórico e material contrário ao sistema de opressões que produziram as identidades brancas, negras, pardas, entre outras.

Referências

- Aguiar, Cristiana Carla Medeiros** (2018). *Ludicidade em grupos na atenção psicológica e educativa em saúde pública sob o enfoque da narrativa autobiográfica*. Dissertação de Mestrado Profissional em Saúde da Mulher e da Criança, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará.
- Almeida, Silvio Luiz de**. (2019). *Racismo estrutural* (1a ed.). Pólen.
- Batista, Waleska Miguel** (2018). A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. *Rev. Direito Práx.*, 9(4), 2581-2589. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/36867>
- Bento, Maria Aparecida Silva** (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Bezerra, Teresa Olinda Caminha & Gurgel, Claudio Roberto Marques** (2012). A política pública de cotas em universidades enquanto instrumento de inclusão social. *Pensamento e Realidade*, 27(2).
- Carone, Iray & Bento, Maria Aparecida Silva** (2017). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil* (2a ed). Vozes.
- Camargo, Brigido Vizeu & Justo, Ana Maria** (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Campos, Luiz Augusto** (2017). Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. *Revista brasileira de ciências sociais*, 32(95). <https://doi.org/10.17666/329507/2017>.
- Diógenes, Camila Gomes & Aguiar, José Reginaldo** (Orgs.). (2013). *UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul*. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.
- Duarte, Rosália** (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, 24, 213-225. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.357>
- Fernandes, Florestan** (2017). *Significado do protesto negro* (1a ed.). Expressão Popular.
- Gomes, Nilma Lino** (2005) Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Orgs.), *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/2003*. Ministério da Educação.
- Gonçalves, Jonas Rodrigo** (2018). A lógica do poder, a heteronormatividade e o racismo: o epistemicídio e a subalternidade como estratégias de repressão e de vulnerabilidade. *Revista JRG De Estudos Acadêmicos*, 1(2), 69-94.
- Grosfoguel, Ramón** (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo** (2004). Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, 47(1), 9-43. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000100001>
- Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo** (2006). Depois da democracia racial. *Tempo social*, 18 (2), 269-287. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200014>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (2019). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (2022). *Censo Demográfico*. IBGE.
- Koller, Sílvia Helena** (2008). Ethics in research with human beings: Some issues about Psychology. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13, 399-406. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000200015>
- Lima, Marcus Eugênio Oliveira; Neves, Paulo Sérgio da Costa & Silva, Paula Bacellar** (2014). A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. *Revista Brasileira de Educação*, 19(56), 141-163. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000100008>
- Maldonado-Torres, Nelson** (2019) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (2a ed.). Autêntica.

- Melo, Willamys da Costa & Schucman, Lia Vainer** (2022). Mérito e mito da democracia racial: Revista *Espaço Acadêmico*, 21, 14-23. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59991>
- Mendes Jr., Álvaro Alberto Ferreira** (2014). Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, 22(82). <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000100003>
- Minayo, Maria Cecília de S. & Sanches, Odécio** (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 239-262. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>
- Müller, Tânia & Cardoso, Lourenço** (2018). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Appris.
- Nunes, Sylvia da Silveira** (2006). Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. *Psicologia USP*, 17(1), 89-98. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000100007>
- Oliveira, Iara Andrade** (2019). *Importa se foi ou não por cota?: o efeito das cotas universitárias na contratação*. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Psicologia, Universidade de Fortaleza.
- Oliveira, Daniele de & Resende, Viviane de Melo** (2020). Branquitude, discurso e representação de mulheres negras no ambiente acadêmico da UFBA. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, 15(4), 149-171. <https://doi.org/10.1590/2176-457347682>
- Reis, Elisa. P.** (2000). Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista brasileira de ciências sociais*, 15(42), 143-152. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100010>
- Ribeiro, Djamila** (2019). *Pequeno manual antirracista* (1a ed.). Companhia das Letras.
- Ribeiro, Matilde** (2023). Descortinando e ampliando horizontes: ações afirmativas e antirracismo como estratégias de inclusão educacional. *Psicol. Soc.*, 35. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e278161>
- Schucman, Lia Vainer.** (2010). Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Revista Psicologia Política*, 10(19), 41-55. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005
- Schwarcz, Lilia Katri Moritz** (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Companhia das Letras.
- Silva, Maurício** (2017). Cotas raciais na universidade brasileira e a ideologia da meritocracia. *Revista Diálogo Educacional*, 17(54), 1207-1221. <https://doi.org/10.7213/1981-416x.17.054.ds07>
- Souza, Jessé** (2017) *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*. Leya.
- Tavares, Natália Oliveira; Oliveira, Lorena Vianna & Lages, Sônia Regina Corrêa** (2013). A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. *Saúde em Debate*, 37(99), 580-587. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/jCfZVYPGcL9Sff8Mpg-tWK6z/abstract/?lang=pt#>

ANTÔNIO AILTON DE SOUSA LIMA

<https://orcid.org/0000-0002-5696-2255>

Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador colaborador na Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (ReaPODERE).

ailtonlimah12@gmail.com

JAMES FERREIRA MOURA JR.

<https://orcid.org/0000-0003-0595-5861>

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

james.mourajr@unilab.edu.br

ANDERSON MORAES PIRES

<https://orcid.org/0000-0002-5029-6167>

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrando em Educação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

andeersonpires@gmail.com

NATHALIA MEDEIROS MESQUITA

<https://orcid.org/0000-0003-0546-1757>

Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

nathalia_mpe@hotmail.com

JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA NETO

<https://orcid.org/0000-0002-5125-3513>

Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

jn100995@gmail.com

LARISSA NIEMANN PELLICER

<https://orcid.org/0000-0003-3947-7140>

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), na linha de pesquisa Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais. Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

larissaniemann95@gmail.com

Histórico	Submissão: 21/10/2024 Revisão: 05/06/2025 Aceite: 05/06/2025
Editora científica	Dra. Sabrina Daiana Cúnico
Contribuição dos autores	Conceitualização: AASL; JFMJ; AMP; NMM; JNO; LNP Curadoria de dados: AASL; JFMJ; Análise formal: AASL; JFMJ; AMP; NMM; JNO; LNP Investigação: AASL; JFMJ Metodologia: AASL Escrita original: AASL; JFMJ; AMP; NMM; JNO; LNP Escrita - revisão e edição: AASL; AMP; LNP
Financiamento	Agradecimento pelo financiamento da Bolsa Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Processo: 311855/2020-2.
Consentimento de uso de imagem	Não se Aplica.
Aprovação, ética e consentimento	O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNI-LAB), sob o número do CAAE: 43329021.2.0000.5576

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conjuntos de dados utilizados ou analisados durante o estudo atual estão disponíveis junto ao autor correspondente mediante solicitação razoável.